

Fazenda aceita renegociar dívidas dos estados, mas quer contrapartidas

DEVO, NÃO NEGÓ

DÍVIDA DOS ESTADOS
Fazenda aceita negociar, mas não abre mão de correção pela inflação. E quer contrapartida

VICTÓRIA AREL E VINÍCIUS NEDER
BRASILIAE RIO

A equipe econômica do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não abre mão de um índice de inflação, como o IPCA, para corrigir a dívida dos estados, mas o projeto de lei que pretende enviar ao Congresso...

Hoje, a correção das dívidas é feita pelo IPCA mais 4% de juros ou pela Taxa Selic. Aliados de Haddad reconhecem que o índice é alto, mas não consideram razoável o patamar proposto pelos governadores...

Só estou dependendo de uma agenda com o presidente Lula. Ato contínuo, convoco reunião com eles para iniciar a negociação — disse Haddad.

INVESTIMENTO ESTRUTURAL

O projeto de lei deve trazer a obrigação de governadores aplicarem eventuais sobras orçamentárias, decorrentes da renegociação, em investimentos estruturais no estado, e não com aumento de gastos com pessoal, por exemplo...

No início do mês, o governador Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul, liderou as negociações com Haddad em nome dos estados do Sul e Sudeste. Após o encontro, o ministro passou a elaborar a contraproposta aos governadores...

Temos reunião marcada com o ministro Haddad para o dia 26, em que esperamos conhecer a proposta do governo. Vamos aguardar a reu-

nião e avaliar o que venha a ser apresentado — disse Leite ao GLOBO.

Semana passada, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro, se reuniu com Haddad para tratar da renegociação de dívidas. Minas Gerais também cobra nova forma de cálculo para o montante que deve à União...

No caso de Minas, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tem atuado como interlocutor e apresentou proposta de renegociação a Lula, em novembro. A alternativa considera, além da mudança de correção, a possibilidade de transferência para a União de ativos do estado, como imóveis, e desconto do saldo remanescente da dívida para o pagamento em dez anos...

Para Felipe Salto, economista-chefe da corretora e gestora Warren Investimentos, uma renegociação apenas de indexadores das dívidas dos estados com a União repetirá um erro que tem sido cometido de tempos em tempos no país. Desde 1997, quando foi feita a primeira grande renegociação e consolidação após o Plano Real, sempre que os governadores enfrentam desequilíbrios nas contas, recorrem ao governo federal em busca de alívio no pagamento das dívidas, e consequentemente repetições que valem para todos...

Para o economista, o problema cíclico do pagamento dos estados de dívidas com a União foi agravado pela lei, de meados de 2022, no contexto das eleições presidenciais, que limitou a cobrança do ICMS sobre combustíveis e a conta de luz, o que "bagunçou o coreto" das contas públicas.

Se já tínhamos problemas federativos, isso foi um problema adicional, com a União querendo meter a colher na cumbuca dos estados — disse Salto

A SITUAÇÃO FISCAL DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

Os estados têm contas desequilibradas, com muitos gastos concentrados em pessoal.

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

Resultado em 2023, em % (receitas realizadas menos despesas empenhadas, como proporção da receita corrente líquida)



O PESO DAS DÍVIDAS NAS DESPESAS

Os estados com déficit em suas contas têm despesas que ultrapassam 100% das receitas



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, com dados do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO).

O limite na cobrança do ICMS sobre combustíveis e a Reforma Tributária têm servido de argumento para os governos estaduais aumentarem tributos. Dez estados e o Distrito Federal farão elevações ao longo do ano, segundo o levantamento do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz).

CASOS EXTREMOS

O economista Fábio Giambiagi, especialista em contas públicas e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), publicou artigo em 2020 defendendo alongamento generalizado das dívidas dos estados com a União, em até 60 anos. Segundo Giambiagi, de lá para cá, Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul seguem em difícil situação, diante do tamanho da dívida e dos elevados gastos com pessoal, incluindo Previdência dos servidores. O alongamento permitiria redução na parcela mensal paga à União, mesmo que os juros se mantenham. Por isso, Giambiagi defende alongamento apenas para esses três estados, "casos extremos".

Não faz sentido estado que deve pouco pagar em 50 anos, nem o estado vai querer.

O governo de São Paulo aderiu à proposta feita pelo Rio Grande do Sul. A Secretaria de Fazenda e Planejamento de São Paulo informou que, mesmo diante da ação do governo federal sobre a tributação de combustíveis com o ICMS, em 2022, o governo paulista não elevou tributos para recuperar arrecadação.

Segundo a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio, de 1998 a 2022, "enquanto a receita de ICMS cresceu 707%, a dívida teve alta de 2.466%".

Por isso, a proposta de renegociação endossada pelo governador Cláudio Castro passa por uma revisão na metodologia de correção monetária da dívida. Nas contas da secretaria, se fosse aplicada uma variação mensal, no lugar do modelo atual, a dívida poderia ser reduzida em 15%, ou R\$ 22 bilhões a menos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 13